



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

031

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 177219-0/01

EMBARGANTE: MARIA JOSELITA FERREIRA DE FRANÇA

EMBARGADO: UNIMED RECIFE -- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

1. **EMENTA:** EMBARGOS DECLARATÓRIOS. APELAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES.
2. OMISSÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.
3. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO À SAÚDE.
4. EQUILÍBRIO E BOA FÉ CONTRATUAIS.
5. COBERTURA INTEGRAL QUANTO AO MATERIAL IMPLANTADO. SÚMULA 54 DO TJPE.
6. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART.12, II DA LEI 9.656/98 E ART. 1º, III, CF. DESCABIDA. PRIMEIRO, PORQUE NÃO FOI VEDADA A COBERTURA DA INTERNAÇÃO NO HOSPITAL MEMORIAL SÃO JOSÉ, APENAS AS DESPESAS QUE, EM NOME DO PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL, FORAM LIMITADAS AOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA TABELA DE REFERÊNCIA, HAJA VISTA QUE REFERIDA UNIDADE HOSPITALAR NÃO ERA CREDENCIADA AO PLANO DE SAÚDE DA EMBARGANTE. SEGUNDO, PORQUE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA FOI REFERENDADO NOS VOTOS DO RELATOR E DO REVISOR, SERVINDO DE RESPALDO AO *DECISUM* QUE DEFERIU A COBERTURA DO TRATAMENTO OBJETO DA PRESENTE LIDE, PARA MÉDICO E HOSPITAL NÃO CREDENCIADOS AO PLANO DA SEGURADA.
7. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PODEM SER USADOS COMO MEIO DE REVISITAÇÃO DA LIDE E SÓ REVESTEM CARÁTER INFRINGENTE QUANDO, EXISTINDO DE FATO, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO, A CORREÇÃO DESSA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO IMPLICAREM, COMO CONSEQUÊNCIA, MODIFICAÇÃO DO JULGAMENTO.



032

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da **Sexta Câmara Cível** deste Tribunal de Justiça, **por unanimidade**, em **conhecer e rejeitar** os embargos declaratórios, nos termos do voto do relator.

(Sessão realizada em 26 de janeiro de 2010)

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

033

30  
M

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 177219-0/01

EMBARGANTE: MARIA JOSELITA FERREIRA DE FRANÇA

EMBARGADO: UNIMED RECIFE -- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Embargos de Declaração com **efeitos modificativos** interpostos contra **decisão colegiada** do Recurso de Apelação nº 177219-0 (fls.194/195), que decidiu, à **unanimidade**, pelo provimento do parcial do apelo manejado pela seguradora embargada, reformando a sentença atacada apenas no sentido de limitar a cobertura de custeio das despesas pela seguradora de saúde ao montante previsto na tabela de referência para a realização do tratamento em apreço, nos termos dos votos do relator e do revisor.

Alega a embargante a existência de erro material no julgado, ao argumento de que o Hospital Memorial São José, indicado para a cirurgia objeto da lide, consta na rede credenciada da UNIMED. Reclama também que a decisão embargada padece de obscuridade e omissão, porquanto não ficou bem esclarecido que o eletrodo implantado não se inclui na limitação do reembolso da cobertura das despesas médico-hospitalares, deferidas com base na tabela de referência. Outrossim, prequestiona o art.12, II da Lei 9.656/98 e art. 1º, III, CF, requerendo, ao final, a atribuição de efeitos infringentes para a modificação total do julgado, de modo a excluir a limitação imposta, ou, em segunda hipótese, que a cobertura das despesas médicas limitada a tabela de referência não inclua as despesas com o implante do eletrodo e todos os acessórios utilizados na realização da cirurgia, para que pelos quais haja a cobertura total da UNIMED.



034  
31  
M

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

Em resposta (fls.20/22), a parte embargada sustenta que os embargos opostos não comprovam a existência de qualquer vício no acórdão recorrido, pelo que pugna pela sua rejeição.

O recurso é tempestivo e o preparo das custas dispensado em face ao disposto no art. 536, do CPC.

É o relatório. À votação.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

035

32  
m

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 177219-0/01

EMBARGANTE: MARIA JOSELITA FERREIRA DE FRANÇA

EMBARGADO: UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Senhor (a) Procurador (a).

Consoante relatório, cuida-se de Embargos de Declaração com efeitos modificativos em face de **acórdão** da lavra da 6ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, nos autos do Recurso de Apelação nº 177219-0.

Alega a embargante a existência de erro material, além de omissão e obscuridade no *decisum* impugnado.

De início, cumpre esclarecer que o erro material (art. 463, I, CPC<sup>1</sup>), nos dizeres do Min. Antônio de Pádua Ribeiro, é aquele "**perceptível 'primo ictu oculi' e sem maior exame**, a traduzir desacordo entre a vontade do juiz e a expressa na sentença." (REsp 15.649-0-SP – Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJU 06.12.93 – p. 26653). Em outras palavras, é a inexatidão quanto a aspectos objetivos, não resultantes de entendimento jurídico, como um cálculo errado, a ausência de palavras, a digitação errônea e hipóteses similares.

<sup>1</sup> **CPC - Art. 463.** Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: (Redação dada pela Lei nº 11.232, de 2005)

I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, **inexatidões materiais**, ou lhe retificar erros de cálculo;

II - por meio de embargos de declaração



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

Neste aspecto, cumpre consignar que não se consubstancia em erro material o fato apontado, qual seja, que o Hospital Memorial São José é credenciado da UNIMED.

É que, quando o julgado em embate decidiu pela limitação da cobertura do tratamento ao montante previsto na tabela de referência, foi pelo fato de tal unidade hospitalar não ser credenciada do plano da seguradora/embargante. Da mesma forma, não se tolheu o direito da embargante em se tratar com médico não credenciado, visto que ambos, médico e hospital, cuidavam-se, para o caso concreto, nos mais indicados para o restabelecimento da sua saúde. Neste lance, considerou-se o **princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à saúde**, porquanto não cabe à empresa de saúde interferir no procedimento recomendado pelo médico que está acompanhando o consumidor, nem é plausível que o paciente, em razão de cláusula limitativa, seja impedido de receber o tratamento de que necessita para a manutenção da sua saúde, sobretudo porque a constituição ampara o direito à saúde e à vida. De outro turno, procurou-se vislumbrar a contraprestação financeira proporcional ao plano pactuado, em observância ao equilíbrio e a boa-fé contratuais, de modo que foi determinada a **limitação da cobertura do custeio das despesas pela seguradora de saúde ao montante previsto na tabela de referência**.

Noutro aspecto, igualmente não há que se falar em omissão ou obscuridade no julgado em embate, eis que bem claro que o acórdão foi prolatado **nos termos dos votos da turma (fls. 191 e 195)**, vale frisar, de acordo com o voto do **Relator e do Revisor**.

Neste panorama, em que pese o voto do Revisor trazer expressamente que a cobertura será integral quanto ao material implantado (elétrodo para estimulação cerebral ou medular), da mesma forma o voto do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

037  
34  
M

Relator, quando transcreveu o enunciado da súmula 54 deste Tribunal<sup>2</sup>, que prescreve ser abusiva a negativa de tais coberturas, manifestou, claramente, que compactua do mesmo entendimento, vale repisar, **que a cobertura quanto ao material implantado deverá ser INTEGRAL**. Calha acrescentar, por oportuno, que a ementa do acórdão embargado também reproduziu o inteiro teor da sobredita súmula (fl.194).

Reclama ainda a embargante pelo prequestionamento do art.12, II da Lei 9.656/98<sup>3</sup> e art. 1º, III, CF<sup>4</sup>. Pelas mesmas razões acima expostas, não há respaldo para irrisignação quanto a aplicabilidade de tais normativos. O primeiro, porque não foi vedada a cobertura da internação no Hospital Memorial São José, apenas as despesas que, em nome do princípio do equilíbrio contratual, foram limitadas aos parâmetros estabelecidos na tabela de referência, haja vista que referida unidade hospitalar não era credenciada ao plano de saúde da embargante. E o segundo, porque o princípio da dignidade da pessoa humana foi referendado nos votos do relator e do revisor, servindo de respaldo ao *decisum* que deferiu a cobertura do tratamento objeto

<sup>2</sup> **Súmula nº 54 do TJPE:** É abusiva a negativa de cobertura de próteses e órteses, vinculadas ou conseqüentes de procedimento cirúrgico, ainda que de cobertura expressamente excluída ou limitada, no contrato de assistência à saúde.

<sup>3</sup> **Lei 9.656/98** - Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

**Art. 12.** São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: (*Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001*)

II - quando incluir internação hospitalar:

a) cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos; (*Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001*)

<sup>4</sup> **CF/88 - Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(omissis)

III - a dignidade da pessoa humana;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

038

35

m

da presente lide, para médico e hospital não credenciados ao plano da seguradora.

Ao ensejo, vale destacar que os embargos de declaração **não podem ser usados como meio de revisitação da lide** e só revestem caráter infringente quando, existindo de fato, omissão ou contradição no acórdão, a correção dessa omissão e contradição implicarem, como consequência, modificação do julgamento. (Precedentes: EDcl no REsp 853939/RJ, Min. José Delgado, 1ª Turma, DJ 26.02.2007, p. 559; EDcl no AgRg nos EREsp 653645/SC, Min. Denise Arruda, DJ 07.04.2008; EDcl nos EDcl no REsp 313666/MG, Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 10.12.2007) .

À luz de tais considerações, voto no sentido de conhecer e **rejeitar** os presentes embargos de declaração.

Recife, 26 de fevereiro de 2010 .

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator